

Contas públicas Estratégia de reduzir aportes do Tesouro passa por migração de aposentados para novo instrumento

Rio quer criar novo fundo previdenciário

Rodrigo Carro
Do Rio

Com 37% do orçamento fluminense comprometido com o pagamento de despesas previdenciárias, o Tesouro do Estado do Rio de Janeiro terá de aportar cerca de R\$ 4 bilhões neste ano para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões do funcionalismo estadual. Na tentativa de reduzir o volume de recursos injetados pelo Tesouro, o novo presidente do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Aureliano, trabalha na criação de um novo plano dentro do Rioprevidência para o qual seriam migrados cerca de 22 mil servidores aposentados.

Os ativos para capitalizar o fundo — chamado por enquanto de Plano Previdenciário 2 — viriam de imóveis e de recursos oriundos do pagamento do Imposto de Renda, entre outras fontes. Só o IR cobrado dos servidores e retido na fonte renderia R\$ 4 bilhões por ano, estima Aureliano. Por lei, 100% do Imposto de Renda que incide sobre a folha de pagamento dos servidores fica com os próprios Estados e municípios.

A exemplo de outros Estados, o Rio de Janeiro adotou a chamada "segregação de massa". Desde setembro de 2013, servidores inativos ou que já contribuíam para a previdência estadual antes da segregação passaram a ser pagos por meio de um fundo financeiro, abastecido com recursos do Tesouro estadual e dos royalties e participações especiais cobrados sobre a produção de óleo e gás, além de outras fontes.

O restante dos funcionários — contratados após adoção do



Sérgio Aureliano: "No Estado de Rio de Janeiro, é tudo muito solto; bombeiro tem uma lei, policial militar tem uma lei, o policial civil tem uma lei"

novo modelo e geralmente com um longo tempo de contribuição pela frente — passou a fazer parte de um fundo previdenciário. "Como esse dinheiro [do IR] é um dinheiro 'carimbado', o que a gente pretende fazer? Pretende com esse recurso fazer um plano capitalizado e trazer algumas pessoas desse plano financeiro para aliviar a folha do Tesouro", explicou Aureliano ao Valor.

O terceiro fundo absorveria apenas servidores que se aposentaram sem direito à paridade — ou seja,

não recebem os mesmos reajustes concedidos ao funcionalismo da ativa. "O custo daqueles que têm direito à paridade é muito alto", esclareceu o atuário de 66 anos, acrescentando que a inclusão de aposentados com direito à paridade resultaria numa maior imprevisibilidade com relação aos gastos a serem cobertos pelo novo fundo.

O fundo financeiro já existente cobre os pagamentos de benefícios a 169,8 mil aposentados e 69,8 mil pensionistas, o que representa uma folha mensal em

torno de R\$ 1,2 bilhão. No ano passado, os aportes para cobrir a insuficiência financeira do fundo somaram R\$ 3,37 bilhões, de acordo com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) referente ao último bimestre de 2018.

Em valores atuais, a insuficiência de cobertura — o volume de recursos que seria necessário injetar para pagar os atuais e futuros benefícios previdenciários — alcança R\$ 613 bilhões. O montante se refere tanto às obriga-

ções assumidas pelo fundo financeiro como às do Previ-Banerj, criado para pagar assistidos do banco estadual privatizado em 1997. Como nenhum dos dois fundos tem patrimônio, a legislação federal determina que o cálculo atuarial da insuficiência de cobertura seja feito a partir de uma taxa zero de juros.

Além de constituir um novo fundo, o governo fluminense pretende consolidar a legislação previdenciária já existente em nível estadual numa lei única.

"No Estado, é tudo muito solto. Bombeiro tem uma lei, policial militar tem uma lei, o policial civil tem uma lei. Cada um tem uma lei específica, não há uma lei de previdência única", justificou Aureliano.

Em paralelo à tramitação da reforma da Previdência no Congresso Nacional, o governador Wilson Witzel (PSC) pretende dar forma a uma proposta estadual que espelhe as mudanças que venham a ser aprovadas em Brasília. "A Secretaria de Previdência [do Ministério da Economia] convidou o Rioprevidência a assinar um acordo de cooperação técnica", disse Aureliano.

Um dos "pais" da Emenda nº 20, de 1998, que reformou o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Aureliano acredita que a reforma só será votada em junho ou julho deste ano. Segundo ele, a proposta de reforma previdenciária que está em discussão dentro do governo federal se aproxima do modelo adotado na Colômbia. "São dois fundos: um capitalizado e outro básico do básico. Você vai receber do básico e um complemento [do capitalizado]", disse. O fundo capitalizado seria solidário — não receberia apenas contribuições individuais de cada participante, como acontece no Chile.

Tecnólogo em processamento de dados formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1972, Aureliano tomou gosto pela área previdenciária ainda no seu primeiro emprego, na extinta Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), quando passou a colaborar na criação de um fundo de previdência complementar da empresa.